



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU AZUL DA COR DO MAR - RUA ERNESTO DE SOUZA CRUZ, 2171

DATA: 08 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

- O nobre Vereador José Américo, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, inicia os trabalhos.

- Apresentação do Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Com a palavra o Sr. Ronaldo Duarte.

O SR. RONALDO DUARTE – Boa noite. Sou professor, educador físico e usuário dos espaços que citarei em minha pergunta.

No quadro 7, que trata das ações prioritárias do sistema de equipamentos urbanos e sociais, vi dois itens para Itaquera sem detalhe construtivo de obra, nenhuma previsão de implantação e conclusão dos mesmos. Cito o Centro Esportivo Jorge Gomes e o Centro Esportivo Rubens Ranieri, os quais serão transformados em CEU. Já existe alguma previsão de execução dos mesmos? Como ficarão as atividades que já ocorrem nesses locais, no decorrer do processo?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - O Sr. Kazuo está anotando as perguntas e, ao final, fará os comentários.

Com a palavra a Sra. Jucelita R. dos Santos.

A SRA. JUCELITA R. DOS SANTOS – Boa noite. Sou Líder de comunidade há mais de trinta anos e do Conselho Gestor do Hospital Alexandre Zaio. Participo também de lutas sociais por construções.

É muito bom falar de Plano Diretor, parece que tudo está bem, mas acho que tem de pensar um pouco. Por que isso? Todo mundo sabe que 2014 será um ano de eleições. As últimas já se passaram não faz um ano e as coisas estão muito devagar, coisas pequenas, ainda se fossem as grandes, mas são as pequenas. Às vezes, os políticos pensam em fazer coisas grandes e a polícia está atrás das coisas pequenas. Como? Faço parte de duas comunidades que fazem parte desta região, do Pacarana e da Zoilo(?), onde a população é muito pobre.

O Itaqueração vai passar por todo aquele lugar, por isso quero saber se já tem plano para aquele povo, porque ali tem muita gente que vai ser desapropriada. Como eles vão fazer? Tem plano para mandar aquele povo para outro lugar? Não, porque depois o que acontece é que cai em cima do Governo.

Vocês todos sabem que esse Governo é novo. Esses oito anos foram duros que passamos. Falo isso com consciência porque faço um trabalho social. Quando a gente chegava a qualquer Subprefeitura, só tinha general para falar com o povo. O povo nunca tinha resposta. Era só general e o povo, o que fazia? Engolia tudo. Agora estamos com um Governo que é do povo, a porta está aberta. Essa é a realidade. As portas estão abertas para falar e receber o povo, em qualquer Subprefeitura.

O povo também faz sua parte, começa a fazer estrago, em vez de conversar. Nós, o povo, o social, temos de trabalhar junto com esse Governo, porque a gente que está de fora sabe mais do que vocês. Tudo bem?

Era isso que eu queria falar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado. Com a palavra a Sra. Fátima Regina Tomaz.

A SRA. FÁTIMA REGINA TOMAZ – Boa noite, meu nome é Fátima Regina Tomaz, como gestora ambiental identifiquei que o PDE não faz nem uma indicação de provável área para aterro sanitário, muito embora vocês tenham citado ecoponto, não justifica porque são coisas distintas.

Atualmente, depositamos o lixo fora de São Paulo, a um custo relativamente alto e os aterros caminham para total esgotamento. A política nacional de resíduos sólidos tem data até agosto de 2014 para que os municípios no Brasil não tenham mais lixão a céu aberto. Hoje ainda temos alguns privados e até clandestinos.

A minha pergunta é: isso significa que São Paulo não terá aterro nos municípios e continuaremos pagando um alto custo para descartar 17 mil toneladas, por dia?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Adriana de Souza.

A SRA. ADRIANA DE SOUZA - Boa noite, sou Adriana de Souza, representante da Associação Nova Santana, segundo o Estatuto da Cidade nós sabemos que o Plano Diretor Estratégico é uma lei, serve para o atendimento das necessidades dos cidadãos que desejam também alcançar os seus objetivos.

Mediante isso, gostaria de saber sobre as obras de transposição, travessia, ligações e acesso da Avenida José Pinheiro Borges, que fica no bairro da Parada 15. Se não me engano, há um tempo, o nosso nobre Vereador Dr. Paulo Frange, tirou o que estava preso ali no TCM, para liberar a realização dessas obras. Mas eu gostaria de saber quando será executada essa obra.

Com respeito ao artigo 251, do PL 688/12, com respeito ao entorno da Avenida Jacu Pêssego, já mencionado pelo Dr. Paulo Frange hoje sobre a isenção de cobrança. Gostaria de saber como que fica a Operação Urbana do Rio Verde? Vai ficar extinta? Sabendo que essa operação foi desenhada muito antes do que a da Jacu Pêssego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Gabriel de Oliveira.

O SR. GABRIEL DE OLIVEIRA – Boa noite a todos, sou Gabriel Oliveira, farei duas perguntas: ontem tivemos aqui a ZEPAG, as Zonas Especiais de Produção Agrícola e Extração Mineral, pergunto se ela irá continuar. Se sim, gostaríamos de pedir que fosse pontual e não em toda extensão, porque na maior parte da sua extensão o uso já não é mais agrícola. Pode ver a Jacu Pêssego e a Gleba do Pêssego.

No quadro seis, das ações primárias do sistema municipal de áreas verdes, as quatro fases de implantação do Parque Linear Rio Verde, pela extensão do Carmo, o Parque Linear Nair Belo, a Sábado D'Angelo e o Savoy, mas em nenhum lugar temos qualquer detalhe dessas obras, nenhuma previsão de sua implantação e conclusão.

Penso que nós, como moradores de Itaquera, toda São Paulo precisa ter esse controle e saber realmente o que está acontecendo, sobre a sua preservação, a manutenção e

ampliação das suas áreas verdes. A gente precisa ficar sabendo disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Kazuo, se puder, depois, falar mais conosco da extinta Depag desse plano? Não estou vendo o pessoal da colônia, mas houve uma movimentação de quase um ano com discussões, foi quando o Guilherme veio para cá. Muitas dessas áreas foram invadidas e não tem mais atividade agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Sra. Bete Silva.

A SRA. BETE SILVA – Boa noite. Sou a Bete, do José Bonifácio, do Clube de Mães.

Gostaria de saber – e não encontrei no texto do Plano Diretor Estratégico – quais serão as intervenções e a data de implantação. Quero saber também o objetivo de cada ação para nossa região. Claro que também queremos saber sobre tudo que vai acontecer na nossa cidade, mas especificamente para a região.

Outra pergunta é: não há nenhuma data, a não ser para a Copa do Mundo, porque? Só por causa dos lucros financeiros.

Afinal de contas, quando acontecerá essa implantação. Queremos saber a data exata. Sobre isso, fica sempre um ponto de interrogação. Até quando? Desejamos respostas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado D. Bete. Agora Sra. Maria Zilma.

A SRA. MARIA ZILMA – Boa noite a todos, às senhoras e aos senhores, também aos representantes da Mesa.

Minha pergunta - e preocupação - é: nos cadastramos no Ministério da Cidade para fazer moradia popular, no programa Minha Casa Minha Vida. Vemos uma porção de construções com essa placa Minha Casa Minha Vida, mas não é para pobre, é para rico. Por isso não sei o porquê da placa.

Nossa maior dificuldade é o zoneamento. Ouvimos falar muito do plano, de construção de estádios, mas e as moradias populares da zona Leste.

Há muitos anos já se mexeu no zoneamento. Daí, preparamos toda a documentação, as quando chega lá, o projeto é reprovado por causa do zoneamento.

Já temos a dificuldade de conseguir uma área com toda a documentação. Todos sabem como funcionam as exigências da Caixa Econômica Federal. Estou habilitada para fazer mil unidades, mas não estou conseguindo.

Mandei uma outra área de São Mateus, da gleba do Pessego e, de novo, gostaria de saber, se dentro de todo esse projeto – pois já ouvi dizer que haverá mudanças – haverá mudanças no zoneamento para moradias de interesse social, aqui na zona Leste. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado D. Maria. Sr. Carlinhos Pizaneli.

O SR. CARLINHOS PIZANELI – Boa noite aos componentes da Mesa e ao público presente.

Numa breve pergunta, nobre Vereador Paulo Frange e Sr. Kazuo, São Paulo tem, hoje, 22 cemitérios públicos. Eles ocupam milhares de hectares em áreas periféricas e também nobres.

Moro perto de um, por coincidência, o maior da América Latina, que é o Vila Formosa.

Minha pergunta é: junto com uma afirmação de que todas essas áreas estão saturadas, porque o PDE – Plano Diretor Estratégico não prevê a construção de cemitérios verticais na Cidade? Isso certamente permitiria a utilização de espaços remanescentes.

O Serviço Funerário, Vereador Netinho, encontra-se deficitário. Essa atitude poderia ser uma iniciativa para uma Parceria Público Privada tratar do assunto. Porque não construir um novo modelo de cemitério, Vereador Paulo Frange? Daqui a pouco, numa cidade com 11 milhões de habitantes, não teremos mais espaço, assim como não temos – como bem lembrou a Fátima e eu mesmo observei muito bem sua pergunta – espaço para lixo. Um grande problema do séc. XXI, aliás, pertinho do séc. XXII.

Então, vejam, fala-se em construção de creches, de equipamentos, mas minha

preocupação é: imaginem os 6 milhões de espaço, melhor, na verdade, de sepulturas no Vila Formosa daqui uns dez anos. Era essa minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Carlinhos. Sr. Julio Carvalho.

O SR. JULIO CARVALHO – Boa noite à Mesa e a todos.

Sou jornalista há 25 anos e sou morador da região de São Mateus, pelo menos há 30 anos, mais ou menos.

Trabalhei em vários veículos de comunicação em São Paulo e fiz várias coberturas naquela comunidade, a qual vem rechaçando – e não quer – aterro sanitário, mas isso aconteceu.

Durante esses 25 anos, enquanto jornalista, fiz coberturas e todo lixo de São Paulo sempre foi para aquela região de São Mateus.

Observando o mapa, aquelas macroáreas totalmente preservadas, quando cheguei em São Mateus, eram bem grandes. Ali, principalmente, ela é considerável em relação às outras, essas sim, micros.

Portanto, gostaria de saber se o Plano Diretor leva em conta o prejuízo que aquela região já teve e, de que forma, aquela região terá, para si, retribuídos esses prejuízos. E gostaria de saber também se esses prejuízos serão ressarcidos de forma mais clara. Quero alguma pronúncia do Sr. Kazuo, aliás, que me surpreendeu por sua forma didática. Nesse sentido, espero um esclarecimento seu sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sr. Julio. Tem a palavra o Sr. Décio José de Lima.

O SR. DÉCIO JOSÉ DE LIMA – Boa noite a todos. Essa questão que o Julio levante é interessante.

Observei no Artigo 144 que dispõe: “Das ações prioritárias do sistema ambiental” abrange muito as reduções dos níveis de diversos tipos de poluição e de contaminação ambiental.

Temos ainda uma questão que não vi – e até pode ser ignorância minha – por isso, gostaria de esclarecer, que é sobre o subsolo.

Da região do Morro do Cruzeiro, na saída ali de São Mateus, tínhamos o maior número de nascentes ppor metro quadrado da Cidade de São Paulo. Foi instalada uma central de tratamento de lixo à revelia da vontade da população.

Daí, minha pergunta: como vamos reverter esse caso?

Temos ainda, nessa ponta, os aquíferos. Foi feito algum levantamento em relação à contaminação dos aquíferos? E o que é possível ser feito dentro desse planejamento para diminuir os danos já causados?

E, complementando essa questão dos cemitérios: ali tem chorume e verte água para o meio da Cidade. Como fica? Quais são os planos para recuperação dos mesmos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Sr. Décio.

Agora, o Sr. Jessé Anacleto.

O SR. JESSÉ ANACLETO - Senhores, boa noite. A pergunta desse morador da zona Leste é sobre o Arco do Tietê. Sabemos que haverá adensamento dos dois lados dos rios Pinheiros e Tietê.

A prioridade, sabemos, é o transporte público, mas também pedestres, bicicleta e outros. Minha pergunta é a seguinte: porque no capítulo Transporte, no PDE, não se inclui a transposição desses rios, como acontece na Operação Urbana consorciada Água Branca. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Kazuo? (Pausa)

Na Operação Urbana Água Branca contemplou-se uma ponte. Houve uma expansão para uma ponte completa. Mas, nas outras transposições previstas, só para pedestres, consta o transporte público no meio. É isso que pergunta Sr. Jessé? O transporte com ônibus, bicicleta e pessoas? Sobre o Tietê e sobre o Pinheiros. É isso?

Tem a palavra o Sr. Eduardo Pinheiro.

O SR. EDUARDO PINHEIRO BORGES – Obrigado. Boa noite a todos. Saúdo todos os senhores componentes da Mesa, nobre Vereador Paulo Frange, Sr. Guilherme, Netinho, Kazuo e todos os amigos.

Minha preocupação, como sempre, relaciona-se ao viário estrutural. Precisamos de uma grande melhora no viário estrutural da região em decorrência das obras do próprio Itaquerão que foi construído recentemente e em torno do eixo Jacu-Pessego, que já está congestionada nos dias atuais.

Mesmo após a liberação do Rodoanel no trecho que falta, a Jacu-Pessego sempre será um atalho viário com grande movimentação.

Com relação aos incentivos que foram dados ao Corinthians e que foram baseados numa lei de incentivo existente na região – que, aliás, hoje está sendo proposta uma lei de benefícios – minha sugestão é que nós continuemos com a lei de incentivo, não a revogando, considerando essa possível nova lei de benefícios e que, esses benefícios, sejam dados a todos que vierem. Precisamos mesmo de investimentos grandes na nossa região.

Portanto, que não se revogue e que se mantenha a lei atual.

E, referente à colocação do Sr. Paulo Frange, sobre esse eixo de construção da Jacu-Pessego, o qual se transformará numa grande via, esvaziando o centro de Itaquera e outros comércios vigentes, ela vai de encontro a uma proposta que eu já tinha feito, em outros momentos. Essa proposta é que nós não façamos somente um eixo de Jacu-Pessego com todos esses investimentos, mas que façamos um polo de desenvolvimento na cruz formada pela Jacu-Pessego e Radial Leste. Com isso, acreditamos não haver esvaziamento dos grandes centros.

Assim, conseguiremos a continuação da obra da Radial Leste, mencionada agora há pouco – e que muito me orgulha ter o nome de meu pai, não falei antes, sou Eduardo Pinheiro Borges, Vice-Presidente do fórum de desenvolvimento da zona Leste.

Com tudo isso, desenvolveremos essa região como um todo, a qual foi muito

prejudicada pela retirada da linha de trem.

Sintetizando: precisamos de investimentos muito fortes na região para esse trecho entre Jacu-Pessegue e Radial, e não somente uma lei de incentivos que é muito pequena, muito pouco pelo tanto que a região precisa de desenvolvimento.

Esse é meu pedido à Câmara Municipal, e não somente a esse projeto de lei do Plano Diretor, mas para tudo que vem vindo por conta da região em decorrência da Copa do Mundo e dessa situação que envolve o estádio do Corinthians.

Queremos sim a lei da operação urbana que existia nos moldes do Corinthians, devolvida para nós na mesma coisa, igualdade, desenvolvimento e igualdade de propostas que foi dada ao Corinthians à nossa região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Convido a participar da mesa o Sr. Baccarin, Procurador da Câmara Municipal de São Paulo. Agora fica fácil, porque qualquer problema de ordem jurídica que aparecer, temos sustentação.

Muito obrigado por ter vindo.

Tem a palavra o Sr. Thiago de Oliveira.

O SR. THIAGO DE OLIVEIRA – Sou do Coletivo Alma. Sou morador da Cohab 2. Gostei do plano, só que acho que falta especificarem muito mais coisas. A OMS, Organização Mundial de Saúde, classifica a poluição sonora como a terceira coisa que mais prejudica a saúde do ser humano. Pouco se fala nisso no Plano Diretor, algo que, nas cidades de países que reconhecemos como desenvolvidos, é uma questão bem comum. De fato, porque o som ambiente é o principal diagnóstico que temos, de como estamos cuidando daquele ambiente. Então, é fundamental que isso esteja no Plano Diretor.

Falo aqui sobre a política habitacional. Não quero abrir a janela e ter um viaduto gigante na minha vista. Gostaria de entender como é esse relatório de impacto de vizinhança. Temos de estar muito atentos à política habitacional, que precisa estar mais especificada,

inclusive com prioridades das ações que estão no Plano Diretor. Por que isso? Porque existem centenas de milhares de habitações vazias.

O que se fala sobre isso? Em construir muito mais habitações. Isso não foge muito do modelo anterior, que educação é área verde por metro quadrado, por habitante e mobilidade. Isso fica só num discurso poético dos programas. Não digo nem que seja falha do programa, mas precisam estar mais específicas as prioridades e mais detalhadas essas ações.

Outra coisa é a relação das secretarias. O plano do Governo é bastante interessante. Pelo que parece, secretarias não têm o mesmo entendimento. Então, no próprio Plano Diretor, é muito necessário que se firme uma organização que um projeto de tal Secretaria da Habitação não vá em desacordo com a Secretaria Municipal do Verde. Isso também é muito bom estar em lei.

Sobre o patrimônio imaterial(?), alguns falaram sobre a estação, da história e quantas pessoas já morreram num acidente de trem, e, no dia posterior, estava tudo bem, porque a Cidade não pode parar. Temos de pensar nisso. O nosso bairro, há muito tempo, já sofreu essas questões, de muito dinheiro vindo para cá e, no fim, acabamos vendo que a parceria privada ou o privado que sai ganhando nessa história.

Dou uma ideia para o Plano Diretor. É tanto incentivo privado para essas empresas de megacorporação, que jamais coletivos mais horizontais vão nessa estrutura de empreendedorismo, que vão poder competir. Por que não haver apoio de incentivos de dinheiro público, que é do público, para essas pessoas, por exemplo, cuidarem de uma horta em sua rua ou fazerem um jardim em sua rua? Essas pessoas poderiam ser incentivadas pelo Poder Público. Há pouquinhos empresas. Quem consegue concorrer com esses empreendimentos imobiliários? Fazem casas para quem? Eu também não consigo morar mais aqui, porque aqui está caríssimo. Nenhum dos meus amigos que viveram aqui, por trinta anos, conseguem morar na Cohab. Então, que política habitacional tem de ser feita para cá?

Não adianta aqui virar uma “Disneylândia” e nenhuma criança só continuar vendo a

TV.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Peço uma salva de palmas à Sra. Maria do Socorro, que não falta em nenhuma reunião e está sempre atenta.

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa noite a todos. Estou muito triste, porque não sei de quem é a culpa. Estamos no CEU Azul Cor do Mar. O entorno aqui é cheio de favelas. Não há feiras, porque há comércio. Há crianças que poderiam estar aqui, porque houve um evento aqui que estava superlotado.

O interesse é para a comunidade. A necessidade é da periferia. Aqui foi uma luta da população. Há um elefante branco. Sou do Grande Conselho Municipal do Idoso. O que me entristece é como sempre. Nós não existimos. O Itaquerão, o Corinthians é o renome. A Águia de Haia, Cidade AE Carvalho e Viela Nova iam em torno daqui. Nós, idosos, não existimos. As crianças não existem. A cracolândia está solta. Onde está a educação? Quando falaram da educação e do trabalho social? Já ouvimos falar de Campanella, Imperador e Águia de Haia. Tornamos um caldeirão. Na Águia de Haia, há um supermercado. Atrás, há um depósito de lixo. A região é linda é maravilhoso. Dentro do conjunto, havia uma cracolândia. Com muita luta, conseguimos retirá-la. E o idoso? Nada temos. Não temos cultura, esporte, não temos EMEI, não temos EMEF, não temos nada. Cadê nós, o Plano Diretor e a voz do povo? Todos ficam surdos quando eu falo. Eu sou transparente. A minha linhagem é essa. Sou idosa. Não sou boba, nem besta, nem bobona. Não quero ser tutelada. Tenho dignidade e tenho certeza de que a quatro anos, 60% da população será idosa, e os senhores também estarão fazendo parte, só que os senhores têm dinheiro, e a periferia não.

Cadê o equipamento, a urbanização e a favela? O que irão fazer com aquelas criaturas? Coloquem a mão na consciência e acredito que estão fazendo muito pouco caso da periferia desse conjunto. O CEU foi conquista para essas pessoas menos favorecidas. Não é um elefante branco. Padre Rosalvino está de parabéns, que ele seja um exemplo, fiquei muito admirada. E respeito àqueles que trabalham e ajuda os menos favorecidos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Agradecer a presença do relator, nobre Vereador Nabil Bonduki , relator do Plano Diretor.

Com a palavra a Sra. Valdomira de Paula.

A SRA. VALDOMIRA DE PAULA – Boa noite a mesa e todos os presentes. Vou entrar na fala da Maria do Socorro. Gente faz alguma coisa pelo idoso! Tem muito idoso na rua, que não tem moradia. Próximo à Prefeitura do Município de São Paulo, têm três homens e um é deficiente, jogados na rua. Olhem por esses idosos pelo amor de Deus. E outra coisa que gostaria de cobrar: O único lugar que mexe com o quadro, é Itaquera. As crianças de escola tem a obrigação de passar para eles, que ia ser um ambiente para os pais podem vir. Mas não é divulgado. Nada em Itaquera é divulgado. Até aniversário de Itaquera está sendo um fracasso. Porque não vemos nada. Antigamente, pelo menos, os idosos iam lá, o Padre Rosalvino levava a turma dele para ver a escola. O aniversário de Itaquera está passando e não estamos fazendo nada. Peço que olhem pelos idosos, pelas crianças, pelo povo. Depois que vocês estão lá dentro, vocês esquecem. Antes de entrarem, somos “bam bam bam”, que a gente vai votar, a gente vai fazer. Depois que estão lá, não lembram que existe povo. Tenho muita magoa de um vereador aqui de Itaquera. Muita mágoa, mesmo. Se fosse por mim ele jamais estaria onde povo está. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. José Pedro Fernandes, do Conseg Itaquera.

O SR. JOSÉ PEDRO FERNANDES – Boa noite a todos. Boa noite comunidade. Veja, falo uma coisa de coração. Esse plano é maravilhoso, falta muita coisa para Itaquera.

Vejam bem companheiros e companheiras, quantas cadeiras vazias estão aqui? Será que o povo não está sabendo desse projeto em melhorar Itaquera. Tenho 74 anos que moro aqui em Itaquera, Nasci na Vila Santana, do lado esquerdo tem igreja, lado direito tem ainda a casa onde nasci. Antigamente, - direi de coração para a mesa e para os presentes. Antigamente, tínhamos a linha de ônibus Itaquerinha que ficava lá embaixo, na ponte de libero, hoje temos linhas de ônibus em nossas portas. Tá difícil? Tá! Mas temos uma grande coisa das autoridades, ficamos 20 anos com a boca tapada com os partidos de oposição, partidos de situação. Hoje estamos mudamos. Hoje mudamos. Estamos bem servidos. A única preocupação que tenho precisa dar mais atenção aos idosos. Faço parte do grupo de articulação de moradia na Câmara Municipal de São Paulo. faço parte do conselho gestor do posto de saúde, aqui na Vila Jacui, faço parte do conselho gestor da supervisão de Itaquera. Fiz parte, até o momento, na Conseg da Vila Jacú. Já não moro mais na Vila Jacui, estou morando na Vila Verde. Automaticamente, deverei ir para o Conseg. Faço parte também da sociedade amigos de Vila Verde. Veja bem companheiros, também estou preocupado com minha vida restante, tenho uma ideia, se Deus me deste a oportunidade de assistir a abertura da Copa do Mundo. Vejo muito jovem e muito adulto, e dos idosos? Essa hora devem estar assistindo novela. É coisa seria companheiro. Tenho muita amizade com o nosso subprefeito Dr. Guilherme, conheço a Paula, do seu gabinete, Vereador Alessandro Guedes, Vereador José Police Neto, tenho lá um companheiro, que me registrou, me filiou no MDB, chama se Ailton, mora na Freguesia do Ó. Veja bem companheiro e companheiras, não é fácil, e digo de coração, não é fácil tirar essas autoridades, para trazer junto a nós, discutir o melhor. Deus abençoe a Mesa e todos que estão aqui presentes porque tem muita gente que deveria estar aqui, infelizmente, não estão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Senhores o que foi dito aqui agora é muito importante. Está faltando gente. Gostaríamos de ver esse espaço cheio. Estamos fazendo um esforço muito grande da divulgação disso na mídia: Globo, SBT, Gazeta, Rede TV, Record,

Bandeirantes, TV Minuto do Metrô, jornais de bairro, estamos publicando em todos os jornais de grande circulação tentando trazer as pessoas. Ajuda a trazer as próximas vezes. Vamos fazer com que a população possa vir. Esse plano, não é um plano para empresas e nem para o mercado imobiliário. É um plano para São Paulo, um plano para os paulistanos. Para nossa vida e para o meio ambiente, porque vamos ter de cuidar e viver dele. Por isso temos a responsabilidade de estar sempre insistindo para que as pessoas venham. Venham mesmo, não tenham nenhuma vergonha de pedir a palavra, de falar, se tiver dúvida pergunta de novo. Estamos aqui com toda a boa vontade e uma equipe muito bem preparada para receber vocês.

Vou passar a palavra para o Kazuo (?). Você vê, Kazuo, em alguns lugares da Cidade ninguém fala de lixo, mas aqui a bronca já veio, porque sofreram muito com o aterro São João aqui perto e em cada lugar da Cidade os problemas vão mudando.

Tem a palavra o Padre...(ininteligível)

O SR. _____ - Nós temos de construir e não destruir, e nesse sentido quero dizer a vocês das melhores e maiores idades que fizeram a história de Itaquera, que nós amamos vocês e que aplaudimos esse ímpeto com o qual vocês se manifestam, a dor, o sentimento, um pouco do abandono e do desconhecimento. Não se faz história em comunidade nenhuma sem valorizar essa idade em que vocês estão. Tiro o meu chapéu mais uma vez para vocês.

Outra coisa, Paulo, Guilherme e todos aqui, hoje mesmo estivemos na CET por conta da (ininteligível) porque os comerciantes estão no maior desespero. Não só os comerciantes, também os moradores, mas eu disse e repito: só o diálogo é que constrói, muda e tira esse plano chamado diretor do papel para que ele efetivamente comece a acontecer. Realmente estamos preocupados, o Centro de Itaquera parece que está morto. Poderiam fazer um centro cultural, mas só tem o tapume e não sai do papel. Não sei o que aconteceu ali e do jeito que vai o Centro de Itaquera vai ser a nossa vergonha.

Agora quando estava vindo para cá, quem anda na Jacu Pêssego em certos

horários e momentos? Os caminhões, uma coisa de doido, o morador acaba se intimidando. Então há muitas coisas importantes para serem mudadas e transformadas. Vou defender um pouquinho – não porque sou Padre – a minha Igreja, porque entendo que igreja não é lugar só de rezar. Não meu filho. Não entendo igreja se ela não fizer a coisa mudar e transformar a causa da criança, do idoso, da cultura, do saber e da tecnologia também, porque o nosso Deus é ciência e sabedoria.

Então quero pedir para o Paulo que a lei tem de ter esse olhar para os templos, claro, porque é ali que o povo se agrega, se irmana e é onde o povo não deve se dividir e nem se separar, mas se unir como foi o momento ecumênico da abertura da nossa festa de Itaquera. Irmanarmo-nos em busca das mudanças, transformações e crescimento, da vida com qualidade de vida. Uma vida digna que traga alegria em dizer: eu sou de Itaquera, sou da zona Leste. Isso é que acho importante.

E posso fazer um corretivo? Parece que a nação e a multidão não querem que chame Itaquirão. Parece que a voz corrente dos componentes da massa quer que se chame de Arena Corinthians. Então tomemos cuidado porque se falarmos Itaquirão em certo ambiente é capaz de levar a maior das vaias que se pode esperar na vida. Então Arena Corinthians me parece um nome mais apropriado.

Gente querida, pelo amor de Deus, vamos cuidar do Rio Verde, de quem mora às margens desse rio, da Jacu Pêssego, do Centro de Itaquera, vamos colocar algo que nesse plano diretor... alguém falou do zoneamento?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ - Filha, você matou a cobra como diz o outro. É verdade. É o zoneamento desta Cidade, destas ruas onde se constrói e onde não. Isso é que temos de modificar também através do plano diretor.

Agradeço quem me cita, mas pelo amor de Deus, eu quero ser mais um servo. Quero ser mais um companheiro de vocês. Não fiquem achando que nós temos o milagre. Não.

O milagre quem faz são vocês, nós, todos unidos nas mesmas causas, nos mesmos objetivos por uma Cidade melhor, por uma periferia melhor, por uma população de todas as idades com qualidade de vida, com dignidade. Queremos a nossa comunidade alegre, feliz. É isso que pleiteamos.

Desculpem a minha fala. A benção eu deixo para depois. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Padre, obrigado, sua fala sempre sábia e traz sempre muito equilíbrio.

Vou passar a palavra ao Kazuo para que ele responda as perguntas.

O SR. KAZUO – Vou tentar ser sintético porque se comentar todos os pontos vou reprisar a apresentação, mas alguns pontos precisam ser explicados para podermos aprimorar essa proposta de plano diretor da nossa Cidade.

O primeiro ponto que o Vereador Paulo Frange levantou em relação às vias locais, de fato a lei de zoneamento tem um problema porque dificulta e às vezes impede de colocar aqueles comércios e serviços que não causam incomodo, inclusive, igrejas nas vias locais. Só que nos bairro de periferia das zonas Leste, Norte e Sul, a maior parte das vias é local. Então padaria, comércio, igreja, às vezes, não conseguem se instalar nos bairros porque é via local.

Outro dia estava conversando com o Subprefeito do Jaçanã Tremembé e ele falou que tinha de fechar um sacolão no bairro porque estava na via local e no final não fechou, pois priorizou a necessidade do bairro. Então incluímos nesse PL uma revisão desse dispositivo da lei 13.885 de zoneamento, permitindo que a NR 2 que não provoquem incomodo possam se instalar em vias locais até a revisão da lei de zoneamento, também para evitar o aumento de irregularidades na instalação dessas atividades nesses bairros.

Com relação às igrejas. Acho que deveríamos pensar se é melhor regular a questão das igrejas por lei específica ou se é melhor incluí-las na revisão do zoneamento, porque já está começando o processo de revisão da lei de zoneamento. É importante vocês estarem bastante atentos a esse processo que está começando agora e vai acontecer ao longo

do próximo ano também, para a gente não repetir esses erros que têm na lei de zoneamento de 2004 e provoca esses problemas, então, podemos aperfeiçoar para melhorar os bairros. Acho que a questão das igrejas pode ser numa lei específica, ou pode ser trabalhado na lei de zoneamento, acho melhor na lei de zoneamento porque fica no conjunto de regras para toda a Cidade.

Com relação à previsão de implantação dos CEUs está para sair a licitação, que está incluída no Plano Diretor e já estão terminando os editais para lançar a licitação. Com relação a aterros sanitários, no século XXI, na cidade não pode ser a única solução para destinação do lixo. Isso já está sendo colocado em xeque nas grandes Cidade que estão comprometidas com a mobilidade urbana tem de reduzir aterro sanitários e quantidade de lixo produzido.

Teve um problema na área de Perus, o Vereador Police acompanhou, pois tinha um erro e a população foi absolutamente contra, porque aterro sanitário não pode se descuidar pelos problemas que eles provocam. Está em elaboração o Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos, alinha do à política Nacional e ao marco legal de saneamento básico. Essa elaboração tem de equacionar essas localizações de aterros, apesar de termos de diminuir isso como solução final, não dá para abrir mão. Não vamos conseguir zerar a produção de resíduos.

Tem de estar definido no âmbito do Plano Diretor e também, com vai começar a ser feito o Plano de Saneamento Integrado que vai ter de se integrar ao Plano de Resíduos Sólidos e ao Plano Diretor de Drenagem, que também esta começando ser feito.

Gostaria de comentar com relação às ZEPACs, fizemos uma avaliação que foram instituídas no Plano Diretor de 2002 e vimos que são zonas especiais para produção agrícola e extração mineral. A parte da extração mineral até faz sentido porque tem áreas que têm cavas de mineração desativadas e que temos de definir uma estratégia de aproveitamento dessas cavas. Há uma em Perus que daqui a 20 anos desativa. A parte da produção agrícola na

ZEPAG não pegou. Porque a produção agrícola não acontece por zonas e sim por pontos em que há áreas de cultivo, principalmente na zona Sul, na macroárea de contenção urbana.

Não incluímos ZEPAGs nessa proposta do Plano Diretor. A proposta é revogar as ZEPAGs na revisão da 13.885 e ser outra coisa, inclusive, área urbana. No Plano Diretor de 2002 as ZEPAGs são as únicas áreas que fica bem claro que é zona rural. Por isso dificulta implantar zonas urbanas. Temos recebido vários processos no Deurb de solicitação do movimento de moradia onde há terreno dentro de ZEPAG, estão negociando financiamentos, mas não pode construir o empreendimento porque está em ZEPAG.

Na zona Leste têm algumas situações desse tipo. Por isso essa revisão é bastante urgente. No Plano Diretor não incluímos, portanto, não vai ter remarcação de ZEPAG e isso vai se transformar em outra coisa, abrindo possibilidade para abrir essas áreas para atividades urbanas.

Com relação a datas de realização das ações, o Plano Diretor tem de executar o máximo possível desses investimentos no período de vigência dele, que é de 10 anos. Tem algumas ações que tem data (2016 e 2025). Agora, há coisas que já estão em licitação, há corredores de ônibus que já foram contratados os projetos, já estão sendo entregues para a Prefeitura para serem executados no ano que vem. Dependendo do projeto, já há propostas que estão saindo do papel, como o PL 688, que estão demarcados no mapa que mostrei.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. _____ - Essa discussão é justamente para vocês se inteirarem sobre essas propostas antes delas se tornarem lei para poder emitir essas opiniões. Não é trazer um projeto de lei aprovado e simplesmente apresentar, o objetivo dessa audiência é vocês terem contato com o conteúdo do projeto de lei, antes de serem aprovados, acessar todo o material, poderem opinar e daí virar lei. Não é trazer a decisão feita e jogar na cabeça das pessoas, isso sabemos que não funciona.

Com relação aos pontos relacionados com Arco Tietê, obras de novos

equipamentos, transposições e obras pontuais, o Plano Diretor nessa proposta evitou incluir as obras e intervenções pontuais que fossem muito locais. Priorizamos aquelas obras estruturais da Cidade para que nos planos regionais das subprefeituras e nos planos de bairros, darmos muitos passos e incluirmos propostas de investimentos e intervenções locais, equipamentos locais, melhorias de calçadas locais, ciclovias locais, espaços públicos locais para o Plano Diretor também não ficar cheio de obras locais, de equipamentos locais, melhorias de calçadas locais, ciclovias, espaços públicos locais para que o Plano Diretor na fique cheio de obras locais que beneficiam um conjunto de moradores ou um conjunto de bairros. Priorizamos sim no Plano Diretor o que beneficia milhões de pessoas e centenas de bairros, isso para que nos Planos Regionais, nas subprefeituras, definamos com a população projetos locais, que vão beneficiar mais os moradores dos bairros. Então, as propostas que anotei são importantes quando começarmos a desenvolver os planos diretores regionais.

Com relação às áreas de favelas e loteamentos irregulares, vocês viram que há uma quantidade enorme de Zonas Especiais de Interesse Social, demarcadas exatamente nas áreas de favelas, em loteamentos precários ou irregulares, mas a ideia é que façamos um plano de urbanização, de regularização fundiária com a participação dos moradores dessas áreas. Essa é uma novidade trazida pelo Plano Diretor do Município de São Paulo de 2002. Ela não foi devidamente desenvolvida nos últimos dez anos, poderíamos ter tido muito mais resultados nessas ZEIS, mas houve problemas de gestão. Esse é um sinal, um aprendizado para o qual temos de estar atentos.

Com relação ao Plano Diretor, com relação ao projeto, às obras e aos investimentos, depois de aprovado, temos de usá-lo como ferramenta política e exigirmos que seja colocado em prática pelos próximos governantes. O Plano Diretor é uma ferramenta para os governos atuarem nas cidades, investirem, melhorarem a cidade. Mas também é uma ferramenta para a sociedade civil, que pode exigir que o Plano saia do papel. É bom termos então o aprendizado relativamente ao Plano Diretor de 2002.

Com relação à política habitacional, o Plano Diretor não é a política habitacional do Município, ele é uma ferramenta estratégica para trabalharmos um componente fundamental da política habitacional, que é a terra urbana. Por isso, decidimos trazer de volta ao Plano todo conjunto de regramento da ZEIS. Antes eram 240 áreas demarcadas como ZEIS, na nova proposta há duas mil áreas demarcadas como ZEIS para demarcar, regularizar e produzir assim novos conjuntos habitacionais. Esse é o papel principal do Plano Diretor em relação à política habitacional: destinar terra urbana para melhorar moradia e produzir novas moradias em local adequado. Nisso quisemos radicalizar o mais possível nessa proposta de Plano Diretor.

Para fechar, acho que a questão do idoso é uma questão futura. Estamos passando por um processo de envelhecimento irreversível. A população brasileira vai se tornar idosa. A cidade então tem de estar adaptada. Por isso, os planos regionais, os planos de bairro podem ser importantes para definir equipamentos para o idoso, serviços de saúde para o idoso, melhorar as calçadas, melhorar o espaço público, cultura para o idoso para não ficar confinado em casa assistindo o Faustão, aos domingos.

Acho que nos planos regionais, nos planos de bairro dá para pensar algumas propostas para adaptarmos a cidade às necessidades, e não só para o idoso, mas também para o deficiente físico.

Esses são alguns comentários sobre os pontos principais, mas há outros, claro. Mas esta audiência – e o Vereador pode falar melhor do que eu – está sendo degravada, será registrada como matéria prima para o aprimoramento do projeto de lei.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Aproveitando também a presença do Vereador Nabil, Kazuo, eu queria lhe dizer que na Operação Urbana Água Branca permitimos a transposição do rio por um sistema, para atender aos pedestres, ciclovia e ônibus. Com o arco do Tietê adensando dos dois lados, o Plano Diretor poderia incluir esse tipo de transposição e

não só com pontes. Essa proposta me parece interessante, e queria sua opinião, já que você é professor do assunto.

Vou passar a palavra ao relator do Plano Diretor, Vereador Nabil Bonduki. (Pausa)

Antes, porém, tem a palavra o nobre Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vou ser bastante sintético. Há duas frases que foram ditas e eu queria tratar delas. Lembro que, logo no começo, a Jucelita falou: “o povo sabe mais do que vocês’, referindo-se a nós. E é por isso que estamos aqui, não tem outra razão. Estivemos ontem em Ermelino; no começo da semana em Cidade Tiradentes; amanhã serão dois períodos, pela manhã e à tarde. Esta certeza nós temos, mas ainda não cativamos a sociedade. O Padre Rosalvino foi muito preciso ao dizer: construir a partir do diálogo na compreensão de que, todos juntos, podemos fazer mais do que apenas nós, aqui.

Então, ao saber que nós sabemos menos do que vocês é que iremos até o fim. Insistindo para que mais gente apareça para nos contar, nos conduzir. Nós somos apenas conduzidos. Nessa perspectiva vocês têm de voltar para suas casas e contar para amigos, vizinhos, amigos para todos se envolverem. Na internet poderão mandar mensagens, documentos daqui poderão ser levados, isso é fundamental.

Há outra coisa falada pelo mais jovem, pelo Tiago, que nos disse não conseguir adquirir, pelo que hoje acontece na região, nem casa na Cohab, aonde então poderá morar? Vamos compreender que é produzir Cohab para a população de baixa renda. Ele está nos dizendo: o modelo que foi estabelecido não me permite nem morar na Cohab. O Kazuo foi preciso ao dizer que nós precisamos tirar do Plano a sua função principal, a função social da cidade. E a primeira delas é garantir habitação com qualidade, que promova Justiça e, portanto, que a cidade se equilibre. A cidade está absolutamente desequilibrada, e não estou falando do gigantesto deslocamento que as pessoas são obrigadas a fazer. Estou dizendo que as pessoas se deslocam, que moram mal e depois mal trabalham. Então, está tudo errado. É fácil arrumar, é fácil estabelecer tempo, é fácil arrumar dinheiro? Não!

Não adianta então imaginar que a sociedade inteira vai jogar para cima de quatro ou cinco pessoas a condição de que resolvam todos os problemas! Nós não vamos fazer tudo sozinhos. Não tem *super-homem* do lado de cá, não tem *Mandrake*, não tem gente querendo enganar ninguém. É importante a gente entender porque tem de ter um grau de sinceridade no processo para tirarmos o melhor proveito desta situação. E estou abrindo o coração.

O Nabil e o Paulo sabem: ou selamos um pacto de fazer o máximo que podermos até o final do ano, e no ano que vem, conseguirmos votar melhor lei. isso não quer dizer que ela é a melhor do mundo, mas é a melhor que vamos conseguir e todos vão tê-la como legítima.

Então, na confiança absoluta que temos no Nabil, que é o nosso Relator; na confiança absoluta de que vocês vão nos ajudar com aqueles que não vieram; na certeza de que o Padre Rosalvino vai conduzir muitos daqueles que passam todos os dias para falar com ele.

Precisamos da participação e do envolvimento de vocês. É absolutamente fundamental, para ser o que o Paulo falou: tem de ser o plano que promova a Cidade para o cidadão. Não é o plano que promova a Cidade para nenhum outro que não seja o cidadão.

Então, essa questão é essencial. Saímos daqui com muitas recomendações. A questão da Zepag, a questão da habitação. Três ou quatro pessoas falaram da habitação, dos conflitos que ainda se tem; o estudo que está sendo feito para as Zepags operarem no território mais aquilo que o território precisa, porque a produção agrícola não se sustenta mais no território; como que vão aproximar o trabalho da moradia, e isso é para dar qualidade de vida, não é para dar incômodo na moradia das pessoas; como vamos trabalhar no espaço urbano sustentável e ambientalmente equilibrado para que não esgotemos a Cidade.

Os desafios são enormes, mas se não estivermos juntos não venceremos nenhum deles. Então, eu falo disso porque estou confiante de que podemos fazer muito bem esse processo, mas para isso vamos ter de cativar e trazer mais gente para nos ajudar.

Tenho certeza de que vocês vão nos ajudar nisso. Portanto, agradeço a cada um que veio aqui no dia de hoje para dar essa contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite.

Cumprimento a todos os presentes.

Primeiro lugar, queria explicar um pouco para vocês o processo legislativo para se chegar a uma lei. Por enquanto, não temos uma lei. Então, quando você faz uma crítica a um projeto de lei, esse projeto vai virar uma lei. Mas para virar uma lei, terá de ser votado na Câmara. E o papel da Câmara é fazer, ouvir a sociedade, que é o que estamos fazendo aqui hoje e vamos fazer em todas as Subprefeituras e estamos fazendo também na Câmara para discutir assuntos específicos e nas Subprefeituras para discutir os aspectos regionais, de cada uma das regiões da Cidade.

Então, temos de ouvir a sociedade, temos de fazer uma avaliação do projeto de lei e, a partir dessa escuta e dessa avaliação propor alguma coisa que tenha, que guarde relação com esse projeto, mas que poderá ser aperfeiçoado. O papel do Relator é coordenar um pouco esse processo.

Então, estamos aqui com uma equipe que está fazendo uma relatoria de cada coisa que foi falada. Cada fala está sendo registrada, será sistematizada e será colocada no site da Câmara e ali vamos encontrar a fala de cada um de vocês e estará organizado pelo assunto, de modo que possamos ter, ao final desse processo, uma radiografia sobre a opinião da sociedade, que não será apenas a opinião presencial. Quem não veio aqui, ou mesmo quem veio e depois que veio se esclareceu melhor, pegou o texto do projeto de lei, olhou melhor e tenha propostas, pode entrar no site e, aí, colocar também a sua opinião, a sua proposta, a sua sugestão.

Isso tudo vai gerar um substitutivo, incorporando também, obviamente, todas as propostas que virão dos Vereadores.

Depois que tivermos, então, essas modificações todas e que se fizer um acordo geral, porque o Legislativo não pode ignorar a opinião do Executivo, porque é o Executivo, inclusive, que vai implementar essa lei. Não adianta termos uma lei no papel muito boa, mas ela não é colocada em prática.

Então, o Executivo tem um papel muito importante e ele também vai ter uma participação importante na construção daquilo que vai ser votado e, aí, vai virar lei. Quando virar lei, tem de ser cumprido.

Aí, quero falar para vocês o que é o Plano Diretor e quais são as consequências disso.

Em primeiro lugar, ele define qual é a Cidade que queremos, o horizonte temporal do Plano, que Cidade queremos alcançar. E ele estabelece quais são as ações, ou seja, as intervenções de caráter mais estratégico para a Cidade. As ações significam intervenções, projetos e obras e ela também regulamenta o uso do solo, a maneira como o solo deve ser usado na Cidade.

Então, o Plano Diretor é muito importante porque ele dá as grandes diretrizes para a Cidade que a gente quer e estabelece os meios para poder chegar nessa Cidade.

Então, esse é o nosso grande desafio. E por que é importante essa congregação de todos os segmentos da sociedade e poder se chegar a um grande acordo? Porque não é um projeto para uma administração, para um partido ou para um governo. É um projeto para a Cidade, que vai orientar, inclusive, os próximos governos, Os próximos prefeitos também vão estar regidos por essa lei, porque essa lei tem um horizonte temporal maior do que uma administração.

Então, desse ponto de vista, é muito importante que haja um grande acordo. Isso quer dizer que vai todo mundo sair satisfeito? Bom, se a gente conseguir fazer isso, seremos

mágicos porque, inclusive, em alguns aspectos temos conflitos. Precisamos encontrar uma boa solução para o conflito que, talvez, não seja a melhor solução para cada um de nós, mas que seja a melhor solução levando em conta o conjunto das preocupações e das pessoas que participam desse processo.

Quero finalizar dizendo que é uma pena que nesta audiência pública não tenha tanta gente. Por quê? Porque eu entendo que Itaquera é um dos lugares mais estratégicos da Cidade que nós queremos. É muito importante Itaquera para o projeto de Cidade, porque Itaquera está no centro daquilo que nós entendemos como um lugar muito importante na lógica, na proposta do Plano Diretor, para se criar uma grande centralidade econômica.

A zona Leste tem 37% da população e tem 9,5% do emprego, que ainda está concentrado mais lá no começo da zona Leste e não do meio para o fim da zona Leste. E Itaquera está no centro dessa área da zona Leste que precisa se desenvolver e ganhar um papel, um protagonismo mais importante na Cidade.

Vamos pensar bem a seguinte questão: nós temos hoje alguns polos econômicos importantes da região metropolitana. Além do Centro expandido de São Paulo, que concentra a maior parte dos empregos, das atividades econômicas da Cidade, temos o ABC, Santo André, São Bernardo; temos Guarulhos. Então, na zona Sudeste, o ABC, na zona Nordeste, Guarulhos, na zona Oeste, Osasco e Alphaville, Barueri, constituem centralidades econômicas importantes da região metropolitana de São Paulo e na zona Leste de São Paulo, quer dizer, na zona Leste da região metropolitana nós não temos uma centralidade desse mesmo porte. Quer dizer, isso não se desenvolveu. E não estou falando nenhuma novidade. Faz mais de 20 anos que isso já foi detectado e isso já começou a ser proposto quando se criou o distrito industrial de Itaquera, que se desenvolveu pouco. No Plano Diretor de 2002 que estabeleceu um plano de desenvolvimento da zona Leste, com base nisso tinha a proposta da universidade, a proposta de incentivos econômicos e a proposta de uma operação urbana ao longo da Jacu-Pêssego. Qual era o objetivo disso? Era tanto da iniciativa do polo industrial, como a iniciativa

do plano de desenvolvimento da zona Leste, era exatamente criar essa centralidade, só que não houve nesse período, eu considero que não fomos bem sucedidos e temos agora que tornar isso mais claro. Então associado ao Plano Diretor, está tramitando na Câmara um plano de incentivos econômicos para a zona Leste, que não é só ao longo da Jacu-Pêssego, ele também tem algumas centralidades, alguns centros de bairro onde o IPTU vai ser isento, para certas atividades econômicas, o ISS vai ser o mínimo, a outorga onerosa, que é o pagamento pelo solo criado, também vai ser gratuito, e mais do que isso, tem que se fazer investimentos de infraestrutura para que se possa garantir, porque não é assim num passe de mágica que vai surgir essas centralidades.

Por que isso é muito importante? Porque essa centralidade vai fazer com que a população da zona Leste ao invés de ter que sair e ir trabalhar no centro expandido, no centro histórico, na Paulista, na Faria Lima, ou no lado Oeste, ou no ABC, porque muitas vezes a população da zona Leste vai para o ABC também, principalmente São Mateus, Sapopemba, fica mais fácil ir para Santo André, São Bernardo do que vir para o centro de São Paulo, é uma centralidade importante, mas a ideia é que a gente possa gradativamente ir equilibrando esse processo.

Acho que esse é o primeiro grande desafio que se coloca para Itaquera. E não é um problema de Itaquera e da zona Leste, é um problema da cidade, como alguém muito bem falou aqui. Esse papel que Itaquera pode ter para a cidade é o papel muito importante. Não é só para a população de Itaquera, não é só para a zona Leste. São Paulo precisa como um todo de criar essa centralidade. Então é um desafio enorme que nós temos que ter muito claro para identificar quais são os problemas que tem impedido que se viabilize esse objetivo e o que pode ser feito a mais para estimular que isso aconteça.

A segunda questão, que eu acho que é associada a essa, é muito importante que se fale. Na audiência pública que nós fizemos, a primeira grande regional no CEU Jambuí, é muito importante o que foi levantado, é o seguinte, todo desenvolvimento econômico de

Itaquera não pode significar a exclusão da população de renda mais baixa e o comércio dos serviços do empresário que já está estabelecido na região. Nós não podemos ter uma política onde estimula novos investimentos, novas empresas em detrimento daquelas que já estão há muito tempo com o entendimento da população que pela eventual valorização que vai sofrer a região, possam eventualmente serem expulsos. Então é essa a questão que para mim está muito clara neste momento.

As ZEIS. Vamos pensar em termos de habitação. As ZEIS é uma delas, as ZEIS é um mecanismo de proteção da população de baixa renda, inclusive dos assentamentos precários, das comunidades que estão instaladas aqui. Quando se define uma ZEIS, Zona Especial de Interesse Social 1 numa comunidade, aquela comunidade tem o direito à urbanização, a todo um processo que possa consolidar aquele assentamento e manter a população que está lá. Então, do ponto de vista de habitação. Do ponto de vista do comércio, do ponto de vista dos empresários que já estão aqui, temos que estudar os mecanismos não só para as novas empresas que vão estar lá, mas também para as empresas que já estão, mecanismos de estímulo para que elas possam investir mais e possam permanecer. Isso é muito importante e já ficou claro.

Em relação a outras atividades e outras ações vamos estudar. E acho importante que vocês entrem no *site* e coloquem, porque, vejam bem, ninguém é especialista, a população não é especialista, mas a população tem demandas Cabe aos especialistas, ao técnicos, a nós Vereadores que vamos estar trabalhando no texto, encontrar alguns mecanismo para poder viabilizar. Então, por exemplo, as áreas de uso comum cós conjuntos habitacionais são áreas importante que nós devemos dizer como elas devem ser trabalhadas. Esse problema que você levantou tem a ver nos conjuntos habitacionais com as áreas de uso comum deles, os equipamentos que foram criados e que muitas vezes quem está ocupando ele está a título precário e pode acontecer esse tipo de problema que você está relatando.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

O SR. NABIL BONDUKI – Isso foi para vocês verem como é importante esse processo que nós estamos fazendo aqui, porque em 2004 foi proposta essa modificação, isso veio no projeto do Executivo, e nós na Câmara, eu era relator e Vereador, o Dr. Paulo Frange era Vereador, naquele momento não se detectou, não se apontou essa questão que é uma questão fundamental. Nós até vimos que isso podia acontecer, na relatoria, mas não tivemos na época condições de alterar uma proposta que vinha do Executivo com esse formato, que era em ruas locais e ruas estreitas não pode se estabelecer o NR-2, não residencial 2, que são equipamentos que tenham maior impacto, só que a periferia é formada por ruas desse tipo. Isso está sendo corrigido nesse processo. Nós temos que verificar se eventualmente tem outros problemas na atual legislação que estão criando essa dificuldade e essa falta de atenção à cidade real. Por que qual o problema nosso? Nós temos uma cidade que é uma cidade real que foi criada à margem, vamos dizer assim, de um ordenamento territorial adequado. Então a lei foi pensada como se a cidade fosse uma cidade bem organizada e planejada e ela não tinha sido, portanto, gerou esse tipo de problema.

Para encerrar, quero dizer que exatamente estamos ouvindo vocês, depois vamos ter que traduzir essas preocupações no texto da lei para fazer com que os problemas possam ser enfrentados de maneira adequada.

Eu vou encerrar por aqui a minha fala, mas nós estamos num processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós temos que encerrar, porque o nosso compromisso é de entregar o CEU às 10h.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – A gente já fala com a senhora.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu estava no meio do encerramento quando fui interrompido. Só quero encerrar dizendo para vocês que a participação de vocês não termina hoje aqui. Nosso compromisso é estar ouvindo vocês. Quem não tinha lido o projeto, leia o projeto, veja o que deve ser modificado, e nós vamos, depois que tiver o substitutivo vocês vão

ser chamados de novo para poder opinar sobre o substitutivo para poder ter a melhor lei. Então, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu vou passar um minutinho a palavra ao Procurador da Câmara. Ele tem uma informação muito importante.

O SR. PAULO AUGUSTO BACCARIN - Eu queria cumprimentar a todos e aos Vereadores. Só queria falar um pouquinho. A gente fala muito da lei, dos aspectos jurídicos. Eu queria trazer para vocês só uma pequena lembrança. Nosso encontro aqui parece singelo. Eu como Procurador-Chefe da Câmara, para acontecer isso aqui vejo que por trás disso aqui passaram três ou quatro contratos, quer dizer, contrato de propaganda para divulgar esse evento, contrato de gravação, contrato de infraestrutura, uma equipe estável da Câmara que está aqui e tem um contrato que é o transporte com os carros que trouxeram a gente para cá é fruto de um contrato também. Então queria falar para vocês que esse encontro que parece singelo, tem um monte de trabalho de muita gente da Câmara para que ele aconteça. Então isso tudo custa dinheiro e é dinheiro público. Quando eu cheguei aqui a gente percebe que a luz está aqui, mas, na verdade, a luz são vocês. Para acontecer isso aqui tem muito trabalho, tem muito contrato e para ouvir vocês. Então o que nós tivemos aqui não termina aqui, acessem o *site* da Câmara, procurem a Câmara, porque nesse processo das audiências públicas os principais atores são os cidadãos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nada mais havendo para ser tratado dou por encerrada a 6ª audiência pública do Plano Diretor da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa noite e obrigado pela presença.